

Comitê Técnico Científico da Defesa Civil é oficializado, com participação do Comitê Araranguá/Mampituba

Órgão colegiado é representado no grupo por seu secretário executivo, Maurício Thadeu Fenilli de Menezes



Com participação do Comitê Araranguá/Mampituba, o Comitê Técnico Científico Regional Sul da Defesa Civil foi oficializado neste mês. O atual secretário executivo do Comitê Araranguá/Mampituba, Maurício Thadeu Fenilli de Menezes, é o representante titular do órgão no grupo, com o vice-presidente Juliano Mondardo Dalmolin como suplente.

O encontro de oficialização aconteceu no Parque Científico e Tecnológico (Iparque) da Unesc, Universidade Comunitária que integra a nova entidade, e, com isso, o Comitê Técnico Científico Regional Sul da Defesa Civil passa a ser o primeiro grupo do tipo fora da Grande Florianópolis.

“Não são poucas as notícias de rios transbordando por conta de enchentes e inundações, e isso é uma questão que o Comitê está atento. Ao trabalharmos juntos, Comitê Araranguá/Mampituba e Comitê da Defesa Civil, principalmente quem ganha são os usuários, moradores próximos, quem depende das águas, ou seja, a sociedade como um todo.”

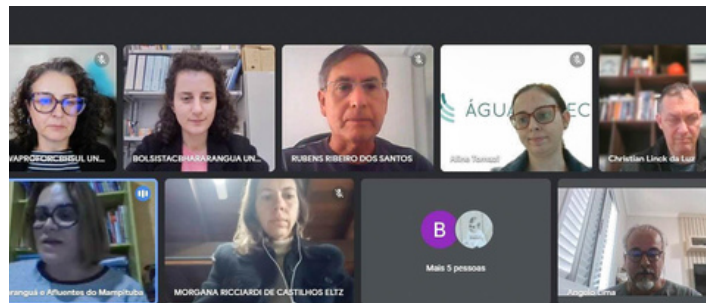
Maurício Menezes, representante titular do Comitê Araranguá/Mampituba

Leia a matéria completa [aqui](#).

Comitê Araranguá/Mampituba estreita relações com Observatório da Governança das Águas

Órgão catarinense pôde entender um pouco mais sobre o Protocolo de Monitoramento da Governança das Águas

O Comitê estreitou relações com o Observatório da Governança das Águas (OGA), por meio de uma reunião por videoconferência. O encontro teve por objetivo apresentar à diretoria do órgão colegiado, as funcionalidades do Protocolo de Monitoramento da Governança das Águas, que pode ajudar na melhor gestão dos recursos hídricos. Nesse sentido, o Observatório convidou o Comitê para integrar o órgão nacional. Posteriormente, em reunião nesta semana, a Câmara Técnica de Assuntos Institucionais e Legais do Comitê aprovou a adesão ao OGA. Ao adotar o Protocolo de Monitoramento, segundo explicação do OGA Brasil, o Comitê terá relações intergovernamentais, capacidades estatais, regulação da legislação e entre outros. Além disso, também poderá fortalecer a governança dos recursos hídricos, ajudar na elaboração de políticas de segurança hídrica.



“Há a necessidade de se obter indicadores a partir do monitoramento dos recursos hídricos para uma eficiência na gestão integrada, na transparência desses dados, na tomada de decisões e no desenho de políticas públicas, garantindo, assim, a segurança hídrica.”

Eliandra Gomes Marques, Presidente do Comitê Araranguá/Mampituba

Leia a matéria completa [aqui](#).